



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E
COMPORTAMENTO
ORGANIZACIONAL

ANO LECTIVO

2009/2010

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

DIREITO COMUNITÁRIO

Área Científica

DIREITO

Classificação curricular

OBRIGATÓRIA

Ano / Semestre

2º / 1º

Créditos
ECTS

Horas de trabalho do aluno

Carga horária das sessões de ensino

Natureza Colectiva (NC)

Orientação Tutorial (OT)

5

135

TP: 60

15

DOCENTES

CATEGORIA

Responsável

PAULA ALMEIDA

PROFESSORA ADJUNTA

Teóricas

Teórico-Práticas

PAULA ALMEIDA

PROFESSORA ADJUNTA

Práticas

Prático-Laboratorial

OBJECTIVOS

Dar a conhecer a União Europeia e a Comunidade Europeia, as suas origens, os seus princípios, a sua estrutura organizacional e respectivo funcionamento, as fontes do direito comunitário e a relação com os direitos nacionais, e as políticas sociais e de emprego. Complementarmente abordar alguns dos principais problemas actuais da integração europeia.

PROGRAMA PREVISTO

I

INTRODUÇÃO

1. História da ideia europeia
2. O período entre as duas grandes guerras
3. A Europa após a II Guerra mundial
4. A construção europeia – As Comunidades Europeias. O Conselho da Europa.
5. Cooperação e integração. Zona de comércio livre; a união aduaneira; o mercado comum; o mercado interno.
6. A evolução das Comunidades Europeias das origens até ao Tratado Único Europeu. A União Europeia. Os Tratados de Maastricht, Amesterdão e Nice.
7. O projecto de Constituição Europeia. O Tratado Reformador.

II

AS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS

1. Estrutura Orgânica da União Europeia e da Comunidade Europeia
2. O Conselho Europeu. Composição. Funcionamento. Atribuições.
3. O Conselho da União Europeia (Conselho de Ministros). Composição. Funcionamento. Atribuições.
4. A Comissão. Composição. Funcionamento. Atribuições.
5. O Parlamento Europeu. Composição. Funcionamento. Atribuições.
6. O Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia. O Tribunal de Primeira Instância. O Tribunal da Função Pública. Composição. Funcionamento. Atribuições.
7. O Tribunal de Contas. Composição. Funcionamento. Atribuições.
8. O Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). O Banco Central Europeu. Composição. Funcionamento. Atribuições.
9. Órgãos Auxiliares da Acção Comunitária :
 - O Comité Económico e Social
 - O Comité das Regiões
 - O Fundo Social Europeu
 - O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)
 - O Fundo de Coesão
 - O Banco Europeu de Investimentos (BEI)

III

DIREITO COMUNITÁRIO

1. Direito Primário e Direito Derivado
2. Os Tratados
3. Os Regulamentos
4. As Directivas
5. Decisões, Pareceres, Recomendações
6. A aplicabilidade directa do Direito Comunitário
7. O princípio do primado do direito comunitário
8. A interpretação uniforme do direito comunitário. O processo de reenvio a título prejudicial.

IV

A LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO DAS PESSOAS

1. A liberdade de circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços. A liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços.
2. A liberdade de circulação de pessoas
 - 2.1. Liberdade de circulação de pessoas em geral
 - 2.2. Liberdade de circulação de trabalhadores assalariados
 - 2.3. Liberdade de circulação de empresários e trabalhadores independentes
 - 2.4. O Acordo de Schengen. O SIS.

Almeida

3. A liberdade de circulação dos trabalhadores por conta de outrem
 - 3.1. Liberdade de deslocação do trabalhador e dos seus familiares
 - 3.2. O direito de residência
 - 3.3. O direito de permanência
 - 3.4. Liberdade de acesso ao emprego
 - 3.5. Princípio da igualdade no acesso e nas condições de emprego e trabalho
 - 3.6. Participação na vida sindical
4. Reservas à liberdade de circulação de pessoas :
 - Saúde pública
 - Ordem pública
 - Segurança pública
5. Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes
 - 5.1. O princípio da plena igualdade de tratamento
 - 5.2. Princípio da totalização
 - 5.3. A pró-ratização
 - 5.4. O cúmulo das prestações
 - 5.5. O pagamento das prestações

BIBLIOGRAFIA

Campos, João Mota e Campos, João Luís Mota, Manual de Direito Comunitário, Coimbra Editora, 5ª Edição, 2007

Henriques, Miguel Gorjão, Direito Comunitário, Almedina 2005

Porto, Manuel, Teoria da Integração e Políticas Comunitárias, Almedina, 3ª edição, 2001

<http://europa.eu/>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua	Haverá uma frequência e um trabalho, com uma ponderação de 60 e 40%.
Avaliação Periódica	O aluno dispensará de exame se obtiver a nota mínima de 10 (dez) valores
Avaliação Final	Em exame o aluno considerar-se-á aprovado se obtiver a nota mínima de 10(dez) valores

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia	Horário	Local
-----	---------	-------

Paula Alexandra Almeida